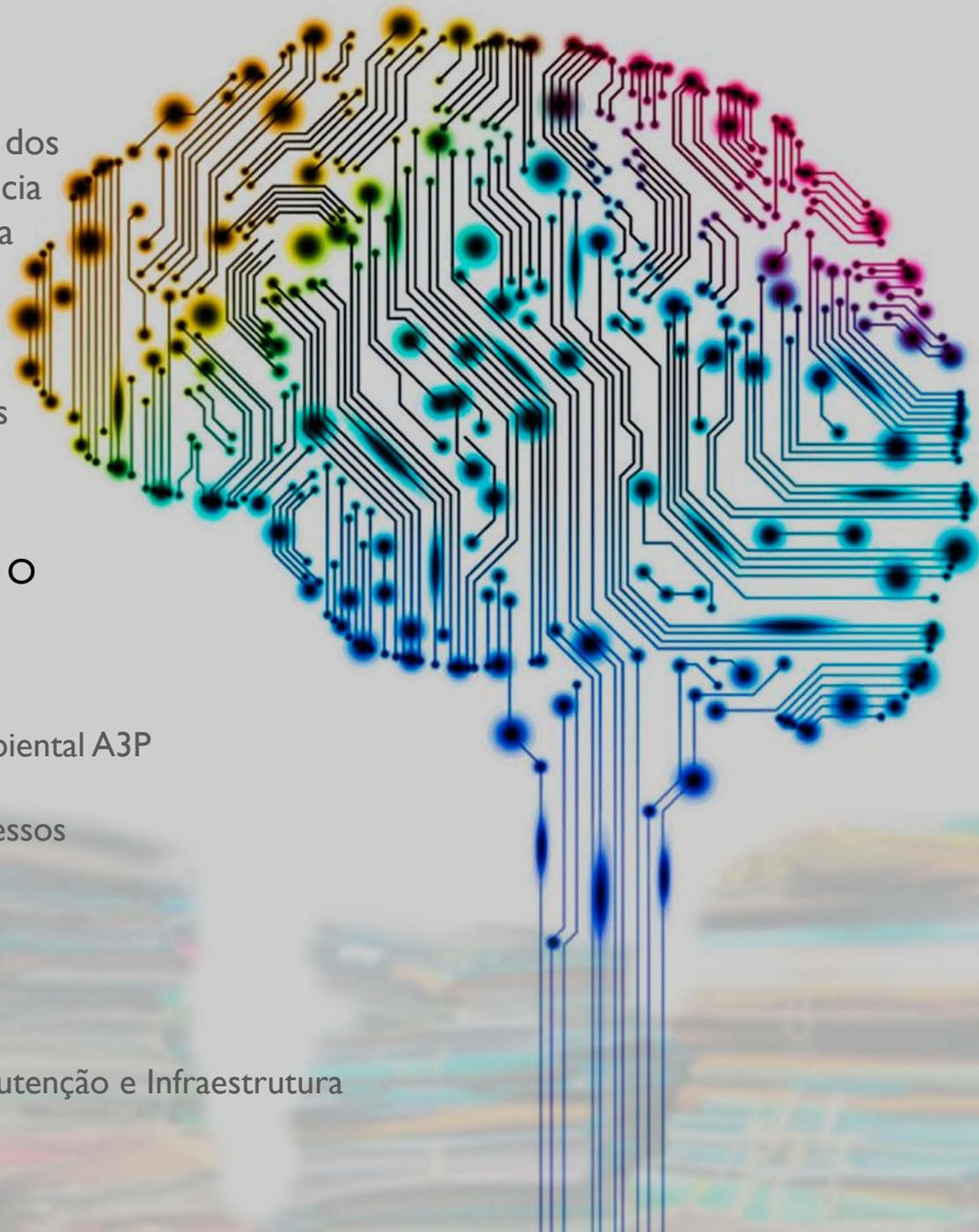


REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

CENTROS DE INTELIGÊNCIA DA JF

Veja como a criação dos Centros de Inteligência tem contribuído para uma prestação jurisdicional mais célere, identificando demandas repetitivas



NESTA EDIÇÃO

5 anos da Cepema

Responsabilidade Ambiental A3P

Digitalização de Processos

Melasma

Quiosques nas Praias

Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura

2018: ANO DE SUPERAÇÃO!

Estamos chegando ao final de mais um ano de muito trabalho, sendo este um bom momento para refletirmos sobre as ações realizadas e os resultados em relação às metas estabelecidas, a fim de que possamos projetar os desafios que ainda estão por vir.

Dentre as inúmeras ações de 2018, merece destaque o lançamento do projeto “TRF3 100% PJe” pela presidente Therezinha Cazerta, no último dia 9/11. Graças a uma parceria firmada entre o TRF3 e o CNJ, a Subseção Judiciária irá digitalizar cerca de 21 milhões de páginas de ações cíveis e previdenciárias até o início de 2019. Com isso, iniciamos a execução de um grande e ambicioso projeto, cujo objetivo é inserir todos os processos físicos em tramitação na Justiça Federal da 3.a Região no ambiente do Processo Judicial Eletrônico - PJe.

A ação acima foi conectada com o projeto de implantação de varas 100% eletrônicas (projeto “Rede PJe”). Estamos nesse momento concluindo a versão final de uma proposta que pretende revisar o design organizacional das varas, a fim de assegurar melhor funcionamento da atividade jurisdicional. A conclusão do projeto está levando em consideração o debatido nas oito reuniões descentralizadas, realizadas nos principais fóruns da Seção Judiciária e transmitido por videoconferência para as demais subseções.

Outra iniciativa que merece destaque foi a implantação do Centro Local de Inteligência da JFSP – CLISP. Trata-se de um espaço que tem a finalidade de, entre outros objetivos, reunir dados, criar mecanismos para identificação de demandas repetitivas ou de grande repercussão social, realizar estudos sobre o excesso de litigiosidade, subsidiar o Centro Nacional na atuação estratégica de gestão processual e de precedentes, propor soluções disseminando boas práticas

para a gestão com mitigação da litigiosidade de massa, além de combater a fragmentação na solução de conflitos. Acreditamos que com o Centro Local de Inteligência teremos uma gestão processual mais efetiva, proporcionando o julgamento mais célere dos nossos processos.

No âmbito administrativo, realizamos um “Mapeamento de Oportunidades de Inovação”, projeto que tem como objetivo identificar problemas e desafios que podem ser transformados, melhorando o trabalho na instituição. Nessa etapa, foram identificadas quatro questões para serem imediatamente trabalhadas no iJusLab: 1) atendimento ao cidadão; 2) movimentação de servidores; 3) redes de colaboração e 4) a mulher no Poder Judiciário. Agora, serão utilizadas técnicas de inovação para encontrarmos soluções visando a melhoria das rotinas e do atendimento ao cidadão, lembrando que esses foram os principais problemas identificados nessa etapa, mas que todos os desafios levantados serão trabalhados num futuro próximo.

Para atualizar nossos instrumentos de trabalho, foi criada uma “Comissão de Modernização”, composta por representantes da Administração Central e pela Secretaria de Tecnologia de Informação do TRF. Como fruto do trabalho da comissão, foram criadas no âmbito do iNovaJusp a Incubadora de Soluções Tecnológicas e a Equipe de Gestão de Dados, ambas vinculadas ao iJusLab. Algumas ferramentas novas já estão em pleno funcionamento, como o SIMAP (Sistema de Material Permanente), o novo SIACOR e o Portal de Relatórios Gerenciais; outras estão em estágio avançado de desenvolvimento, como o módulo do e-GP para automação da movimentação de servidores; o módulo do SIMAP para bens de consumo; o sistema para administração predial e planos de obra; o sistema de gestão de licitações e contratos. Mais que trabalhar muito, é necessá-

rio otimizar os nossos fluxos, com vistas à obtenção de melhores resultados.

Por fim, não poderíamos deixar de destacar a centralidade que ganhou a atuação do nosso Laboratório de Inovação (iJusLab), que está se tornando uma referência dentro da administração pública. Neste ano, participamos do Global GovJam, evento mundial de inovação em governo; Fonage, voltado para o compartilhamento de boas práticas na área de gestão judiciária; HubGov, programa interinstitucional de inovação em governo; ENASCTIC.JF, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, que reuniu as principais iniciativas das cinco Regiões da Justiça Federal na área de TI; 1º Campfire, que abordou as dificuldades para aprimorar a celeridade processual; iNovaDay, encontro mensal organizado por órgãos estaduais e municipais, do Poder Executivo e Judiciário; Projeto Rede PJe, oficina de design organizacional para desenvolver um novo modelo cartorário, entre outros.

Essas são apenas algumas iniciativas que gostaríamos de destacar, dentre tantas outras existentes, todas conectadas com a busca de melhores resultados. Todavia, é preciso destacar que nada disso teria sido possível sem o empenho e ajuda de nossos dedicados servidores, que têm se esforçado para o atingimento das metas traçadas pela administração.

Muita coisa ainda está por vir, novos desafios e conquistas certamente serão atingidos. Um ótimo Natal a todos! Que venha 2019!

Boa leitura!

Luciana Ortiz Zanoni

Caio Moysés de Lima

Décio Gabriel Gimenez



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni
Juíza Federal Diretora do Foro

Caio Moysés de Lima
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (capital)

Décio Gabriel Gimenez
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)

Maria Helena de Almeida Santos
Diretora da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
Diretor do Núcleo de Comunicação Social

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Edson Nagase
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa

Jefferson Messias (supervisor)
Kátia Serafim
Mariana Galluzzi de Sá

estagiário
Gianluca Quaranta

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174
Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

CEPEMA COMEMORA 5 ANOS

A Central de Penas e Medidas Alternativas da JFSP (Cepema) foi inaugurada em 1º de outubro de 2013 para acompanhar o cumprimento das penas restritivas de direitos e das medidas alternativas, a partir de uma parceria entre o TRF3 e a Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania.

A Cepema fiscaliza e auxilia os apenados e beneficiários de forma a garantir o efetivo cumprimento das penas e condições impostas pelas varas criminais da capital e da região metropolitana de São Paulo. Faz parte do programa integrado de Prestação de Serviços à Comunidade da SAP, iniciado em 1997, que já atendeu mais de 107 mil condenados que cumpriram as respectivas penas por meio da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Para que o condenado tenha a possibilidade de receber o benefício legal, é necessário que ele seja réu primário, não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça e que a pena máxima pelo delito seja de até quatro anos. Nesses cinco anos de funcionamento, a Cepema abriu diversos cadastros de instituições sem fins lucrativos para receber os prestadores de serviços comunitários e, atualmente, há 143 cadastros ativos.

Psicologia e Serviço Social

Todas as pessoas que vão cumprir PSC passam por uma triagem com a equipe de serviço social e de psicologia, para que seja definida a melhor forma de cumprimento da pena, de modo que seja viável para o indivíduo, levando em conta aspectos psicológicos e sociais. Em entrevista à Justiça em Revista, Cintia Helena Bulgarelli psicóloga responsável por atendimentos desde a inauguração da área, conta como é o trabalho da psicologia e serviço social com os apenados.

“Ao desviar da pergunta ‘o que você fez?’ para ‘quem é você?’ propicia que as pessoas falem de suas vidas, até onde desejam falar, de questões que transbordam o processo. São histórias engendradas no contexto da entrevista que estão à flor da pele e que brotam, às vezes, sem nunca antes terem sido relatadas. Envolvem o antes e o depois do momento do delito, as intenções – como a de negar, minimizar ou reforçar o estigma de criminoso, atribuído a quem respondeu a um processo criminal por determinado delito”, afirmou a psicóloga.

Cintia explica que, quando as decisões sobre penas ou medidas são tomadas sem levar em conta as reais condições dos apenados, podem gerar muitas expectativas e medos. Ela afirma que, “no

cotidiano, os profissionais da Seção de Serviço Social e de Psicologia estimulam as pessoas a falarem, momento em que emergem as questões que não puderam ser abordadas anteriormente”.

A psicóloga conta que, quando recebe as pessoas para entrevista, muitas vezes o cumprimento da PSC se torna mais um problema a ser gerenciado em suas vidas, mas a partir do acolhimento realizado pela equipe, as reais possibilidades de realização do trabalho são indicadas de maneira a garantir a eficácia da pena. “Perguntas sobre o histórico e cotidiano de trabalho elencam as potencialidades e as habilidades, que poderiam ser aproveitadas para atender às necessidades de mão de obra das instituições, fazendo da Prestação de Serviços à Comunidade uma experiência significativa e até mesmo positiva”.

“Temos, ainda, um longo caminho a percorrer em penas alternativas no Brasil. Entendemos que o diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento envolvidas é fundamental para permitir avanços profícuos no acompanhamento e fiscalização das medidas”, conclui Cintia Bulgarelli. ■

ÉBANO*

Ébano passou por medida socioeducativa em meio aberto, entre 12 e 18 anos de idade, e hoje, aos 20, deverá cumprir nova Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) por tentativa de roubo. A fala de Ébano é afetuosa, e, ali, demonstra que quer conversar, falar de si. Qual é a pessoa que não precisa ser escutada em suas necessidades, vontades, desejos? Inicia-se a saga: buscar uma instituição, nas proximidades da residência, que possa recebê-lo para a PSC. Mas, para nós, isso não basta. É preciso mais: mais possibilidades para que Ébano possa desenvolver todos os seus recursos emocionais e intelectuais. O delito cometido, emperra, impede que o vejam, estigmatiza. E os “nãos” vão sendo dados como lanças

de pontas afiadas, não a ele, mas a nós, com um conteúdo onde se lê “não queremos mais problemas”. A descoberta de uma instituição que oferece profissionalização naquilo de que ele mais gosta, a mecânica, nos mobiliza a escrever um e-mail detalhado sobre os motivos pelos quais gostaríamos de auxiliar Ébano com seu desejo de aprender o ofício. Ele fez a prova de seleção e, desde então, faz o tão sonhado curso, cinco dias na semana, quatro horas por dia e nós o acompanhamos mensalmente.

*Nome fictício. Texto de Cintia H. Bulgarelli, sobre um atendimento real da Cepema, autorizado pelo apenado.

ACONTECEU – OUTUBRO/NOVEMBRO



CEHAS - Nos dias 29 e 31/10, a Central de Hastas Públicas Unificadas de São Paulo (Cehas), que completa 10 anos de existência, realizou os dois últimos leilões do ano com quantidade recorde de lotes.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - No dia 10/10, aconteceu audiência pública para debater a proposta orçamentária da JFSP para 2020.



SANTOS - A Subseção de Santos participou no dia 10/10 de um evento sobre benefícios assistenciais promovido pela Universidade Santa Cecília (Unisantia) e a OAB/Santos.



ENCONTRO - A Emag e a Ajufesp realizaram, nos dias 25 e 26/10, o IV Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região.



DIA DO SERVIDOR - No dia 24/10, o auditório do JEF/SP recebeu várias palestras em comemoração ao Dia do Servidor Público.



PJE - No dia 30/10 os juízes federais Luciana Ortiz e Décio Gabriel Gimenez, diretora e vice-diretor do Foro da SJSP, visitaram a Central de Processamento Eletrônico do TJMS para conhecer o trabalho do Centro Integrado de Justiça (Cijus). Na mesma data, os magistrados apresentaram o Projeto Rede PJe na JFMS.



DIGITALIZAÇÃO - Foi iniciada em novembro a digitalização de parte dos processos cíveis e previdenciários da JFSP, por meio do projeto “TRF3 100% PJe”, em parceria com o CNJ.

SOROCABA

Em 2/10 Juízes de Sorocaba ministraram palestra na Faculdade de Direito de Sorocaba. No período da tarde, alguns dos estudantes visitaram o fórum.





CONCILIAÇÃO - De 5 a 9/11 aconteceu a XIII Edição da Semana Nacional da Conciliação. O TRF3 e o TJSP participaram do evento promovido pelo CNJ, em parceria com todos os tribunais do país.



“TRF3 100% PJE” - No dia 9/11 foi realizado na capital o lançamento do projeto “TRF3 100% PJe”, com a participação do presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli.



NATAL - A Campanha Solidária de Natal, promovida na capital e Grande São Paulo, foi um sucesso! Foram arrecadadas 186 sacolinhas de Natal para o “Serviço de Assistência à Família Casa da Editinha”.



INOVAJUSP – No mês de novembro um grupo de procuradores do município de São Paulo visitou o iJusLab para conhecer o Programa de Gestão e Inovação - iNovaJusp.



OSASCO – Juízes e servidores vestiram a camisa das campanhas Outubro Rosa (combate ao câncer de mama) e Novembro Azul (combate ao câncer de próstata).



MAPEAMENTO - Em novembro foram selecionados os três desafios para a primeira etapa do projeto de mapeamento de oportunidades de inovação que serão trabalhados no iJusLab.



BRIGADA – Em outubro aconteceu um treinamento da brigada de incêndio no Fórum de Osasco. No mês de novembro foi realizada a simulação de abandono na sede administrativa da JFSP (foto).



NOVOS SERVIDORES
Dois novos servidores tomaram posse na JFSP, no mês de novembro.



SANTOS 30 ANOS - No dia 30/11 aconteceu a comemoração dos 30 anos da Subseção Judiciária de Santos.



Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 

14/11 - TRIBUNAL DO JÚRI CONDENA RÉU QUE ATIROU CONTRA POLICIAIS -

Um homem foi condenado a mais de 46 anos de reclusão, após ser declarado culpado por maioria em um Tribunal do Júri na Justiça Federal em Santos/SP. Dentre os crimes praticados, estão tentativas de homicídio qualificado contra policiais e roubo sob ameaça. 

08/11 ACORDO REDUZ DÍVIDA HABITACIONAL EM 86% NA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO -

Um contrato de "gaveta" de venda de imóvel e a consequente dívida habitacional "impagável" de R\$ 1,6 milhão. O dilema vivido por um mutuário terminou em acordo com redução de 86% do valor total das prestações, em uma das 400 audiências realizadas na Central de Conciliação de São Paulo (Cecon-SP). 

08/11 - LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE É CUMPRIDA EM ITAPEÇERICA DA SERRA -

Uma reintegração de posse de 266 unidades do Condomínio Residencial M'Boi Mirim, em Itapeçerica da Serra/SP, foi cumprida no dia 6/11. A reintegração transcorreu sem incidentes ou resistência por parte dos invasores, sendo feita após ter expirado o prazo para desocupação voluntária. 

05/11 - JUSTIÇA CONDENA 11 RÉUS INVESTIGADOS POR FRAUDES CONTRA A PREVIDÊNCIA -

A organização criminosa era liderada por uma auxiliar de enfermagem que se fazia passar por advogada. O grupo consistia nos chamados "incapazes de aluguel", que simulavam doenças e incapacidades, engessando pernas ou braços para comparecer às perícias do INSS a fim de obter auxílio-doença. 

31/10 - REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL CONTRA SÓCIOS É INCONSTITUCIONAL -

Impor confusão entre os patrimônios da pessoa jurídica e da pessoa física no bojo de sociedade em que, por definição, a responsabilidade dos sócios é limitada, compromete

um dos fundamentos do Direito de Empresa, consubstanciado na garantia constitucional da livre iniciativa. 

26/10 - EMPRESA QUE DIVULGA QUANTIDADE INFERIOR À DA EMBALAGEM É MULTADA -

TRF3 manteve o pagamento de multas no total de R\$ 12 mil, aplicadas pelo IPEM/SP e INMETRO, a uma empresa de distribuição de alimentos naturais e dietéticos de São Carlos/SP por comercialização de produtos com quantidade inferior à informada na embalagem. 

22/10 - INCAPACIDADE POSTERIOR À MAIORIDADE NÃO IMPEDE CONCESSÃO DE PENSÃO -

Para os magistrados, para a concessão do benefício a filhos maiores de idade, é preciso ficar comprovada a situação de invalidez e a manutenção de sua dependência econômica. Quanto ao momento da incapacidade, é imprescindível que seja anterior à morte dos pais. 

16/10 - CONFIRMADA INDENIZAÇÃO A FAMÍLIA DE VÍTIMA DE ACIDENTE NA BASE DE ALCÂNTARA -

Na decisão do TRF3, a desembargadora pontuou que a indenização previdenciária, que já está sendo paga pela União, e a material, feita através da Lei nº 10.821/03, não excluem a indenização por danos materiais, fixada em R\$ 139 mil para cada um dos autores da ação. 

11/10 - PREFEITURA DE UBATUBA DEVE ELABORAR PLANO DE INTERVENÇÃO PARA QUIOSQUES -

Decisão ocorreu após o Ministério Público Federal entrar com ação pedindo a demolição de quiosques localizados na orla marinha de Ubatuba, alegando que os terrenos de marinha onde se localizam os quiosques são bens da União e o uso não foi autorizado. 

11/10 UNIÃO É CONDENADA A CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE EM ALDEIA INDÍGENA -

Para desembargadora do TRF3, a medida visa atender ao direito consti-

tucional à saúde pública e da dignidade da pessoa humana e garantir a proteção eficiente à comunidade indígena. Foi determinado que a União proceda à construção de posto de saúde na aldeia indígena guarani Peguaoty, no Vale do Paraíba/SP. 

05/10 - JUSTIÇA TORNA RÉUS 14 ACUSADOS NA OPERAÇÃO PEDRA NO CAMINHO -

A 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP recebeu denúncia contra 14 pessoas pelos crimes de organização criminosa e fraude à licitação do trecho norte do Rodoanel, em São Paulo. Entre os réus estão funcionários de construtoras e servidores da Dersa, investigados pela Polícia Federal. 

03/10 INSS DEVE PAGAR INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE COM BENEFICIÁRIA DURANTE PERÍCIA -

A beneficiária havia se deitado em uma maca para ser examinada por médico perito, quando a base do equipamento quebrou, causando sua queda e provocando lesões. 

02/10 - AUTORIZADA REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA DE MENORES REFUGIADOS -

TRF3 confirmou o direito de duas crianças refugiadas terem processado o pedido de permanência no Brasil independentemente da autorização do pai. Para os magistrados, o direito à permanência no país concedido a mãe dos menores, que tem um filho brasileiro, garante também a permanência dos filhos estrangeiros. 

02/10 - DEPENDENTE QUÍMICO RECEBERÁ AUXÍLIO-DOENÇA PELO PERÍODO DE INTERNAÇÃO -

TRF3 considerou que um segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estava incapacitado para o trabalho durante o período em que esteve internado para se recuperar de dependência química. Por isso, condenou o INSS ao pagamento de auxílio-doença durante a internação. 

 Este ícone indica que a

materia possui um link com a internet.

JFSP RENOVA ADESÃO À A3P

A Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (JFSP), voluntariamente, firmou, em setembro de 2018, um novo Termo de Adesão ao programa de responsabilidade ambiental “Agenda Ambiental na Administração Pública” (A3P), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A assinatura do novo acordo dá continuidade ao trabalho desenvolvido pela JFSP desde 2013, quando a instituição aderiu à Agenda para fortalecer a luta pela preservação do meio ambiente. A renovação do Termo de Adesão foi necessária, pois ele vigora pelo prazo de cinco anos.

O programa do MMA consiste na principal iniciativa do Governo Federal para a inserção dos princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades

administrativas e operacionais do Poder Público, por meio da construção de uma nova cultura institucional.

Com o objetivo de estimular práticas sustentáveis, a A3P promove a incorporação de princípios e critérios de gestão socioambiental em atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O novo termo assinado pela JFSP tem validade até setembro de 2023. Nesse período, será aplicado o plano de trabalho da gestão socioambiental para promover a conscientização de magis-

trados, servidores, profissionais terceirizados e público externo, quanto à importância da preservação dos recursos naturais, incluindo a realização de cursos, palestras, displays, banners informativos, comunicados, eventos e reflexões nas datas comemorativas do calendário socioambiental.

Na JFSP, a Comissão A3P é o grupo responsável por coordenar os trabalhos de gestão ambiental para promover um ambiente de trabalho mais sustentável através da conscientização de todos. Acesse a página da A3P em www.jfsp.jus.br/a3p/ e acompanhe as ações realizadas pela instituição. ■



Redução da quantidade das lixeiras

Seguindo as práticas da responsabilidade socioambiental, com a racionalização de consumo e descarte consciente de materiais, a Diretoria do Foro promoveu em novembro de 2018 um trabalho de conscientização entre os servidores com a concentração de apenas duas lixeiras por sala, uma para lixo reciclável e outra para resíduos orgânicos. A proposta é retirar as lixeiras posicionadas embaixo das mesas, com a intenção de estimular o descarte consciente, além de contribuir com o trabalho realizado pelos prestadores terceirizados que recolhem o lixo diariamente.

Trabalho verde

Material Descartável - Substitua os copinhos descartáveis por canecas para o café ou uma garrafinha para a água.

Energia Elétrica - Sempre que for se ausentar do ambiente de trabalho, como no horário de almoço, desligue a impressora, seu monitor e apague as luzes.

Papel - Reduza o desperdício de papel. Imprima somente o que for indispensável e, sempre que possível, configure sua impressora para utilizar os dois lados da folha. Reutilize para rascunho os papéis que não podem mais ser utilizados em outras tarefas.

Plantas - Tenha plantas na sua sala, elas melhoram a qualidade do ar e estimulam a produtividade.

Reuniões - Evite reuniões externas desnecessárias. Realize-as por telefone ou chamadas de vídeo. Você economiza tempo, dinheiro e polui menos.

Fonte: <https://www.hypeverde.com.br/dicas-para-ser-sustentavel-no-trabalho/>

Ventilação - Deixe janelas e cortinas abertas sempre que possível. Isso ajuda a melhorar a circulação do ar e ainda reduz a quantidade de energia utilizada por lâmpadas e ar-condicionado.

Transporte - Dê carona para colegas que trabalham em locais próximos. Sempre que possível vá para o trabalho de transporte público, carona ou bicicleta, assim você economiza combustível, reduz suas emissões de carbono, contribui para a redução de engarrafamentos e ainda melhora a sua saúde.

Multiplicar - Seja um defensor das práticas sustentáveis. Mostre diariamente aos seus colegas e estimule pequenas atitudes que podem fazer uma grande diferença para a sustentabilidade pessoal e do planeta.

Saúde - Alongue-se para evitar problemas relacionados ao esforço repetitivo e realize suas atividades com postura correta para evitar futuros problemas, como dores na coluna e nos joelhos. Lembre-se de que sustentabilidade também inclui sua saúde!

CENTROS DE INTELIGÊNCIA NA JUSTIÇA FEDERAL

O relatório “Justiça em Números 2018”, do CNJ, mostra que o Poder Judiciário chegou ao final de 2017 com 80,1 milhões de processos em tramitação. Segundo o relatório, ainda que não ocorresse o ingresso de novas demandas, seriam necessários cerca de dois anos e sete meses de trabalho para zerar o estoque.

Os dados também demonstram que, apesar da melhora na produtividade de juízes e servidores, o volume de ações continua a crescer. Uma das causas para esse fenômeno são as chamadas “demandas repetitivas”: processos que possuem a mesma tese jurídica e que são ajuizados centenas ou milhares de vezes, tendo como objeto principal ações ou omissões da Administração Pública.

Para enfrentar esse desafio, o CJF instituiu, por meio da Portaria nº 369/2017 (posteriormente ratificada pela Resolução 499/2018), o Centro Nacional e os Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal. Conforme dispõe o normativo, os centros devem monitorar e racionalizar a identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade, além de aperfeiçoar o gerenciamento de precedentes. A ideia é estimular a resolução de conflitos massivos ainda na origem e, assim, evitar a judicialização indevida.

“Muitas dessas ações que sobrecarregam o Poder Judiciário poderiam ser resolvidas administrativamente, através de diálogos interinstitucionais. A ideia é focar o trabalho na prevenção para conseguir prestar a jurisdição de forma rápida, concentrando esforços nos processos em que a Justiça realmente precisa atuar”, afirma a juíza Katia Herminia Martins Lazarano Roncada, presidente do Centro Local de Inteligência da

Justiça Federal de São Paulo (Clisp).

Os centros de inteligência atuam propondo mudanças por meio de recomendações e notas técnicas, que podem ser alterações legislativas, de práticas cartorárias ou mesmo de procedimentos internos dos entes que litigam na Justiça Federal, como o INSS e a Caixa Econômica Federal. “Institucionalmente, a Justiça pode promover ajustes, levantamentos técnicos e contatos com outros órgãos que estão além do que o magistrado, sozinho, poderia fazer. Por isso, nossa expectativa é muito grande quanto ao funcionamento dos diversos centros de inteligência do país”, ressalta o juiz federal Erik Frederico Gramstrup, da 6ª Vara Federal de Execuções Fiscais de São Paulo/SP e membro do Centro Nacional de Inteligência (CNI).

O Centro Nacional e os Centros Locais também podem receber apoio de especialistas de outros ramos científicos, como Economia, Sociologia, Estatística, entre outros, para análise dos dados e temas mapeados. Também podem convocar as partes e advogados com o objetivo de buscar soluções rápidas para os litígios.

Katia Herminia Roncada explica que a atuação preventiva dos centros é

resultado de uma análise mais detalhada dos processos, em que se busca não apenas prestar a tutela jurisdicional, mas também identificar quando se trata de demanda com grande chance de proliferação.

A magistrada cita um caso, objeto de estudo do Centro de Inteligência do Rio Grande do Norte, referente à pesca da lagosta. “Na colheita de interrogatórios em ações criminais, o juiz percebeu que os réus confessavam a prática da pesca e afirmavam ser a única fonte de renda da família. Isso se repetia, até que a questão foi atribuída ao Centro. Assim, foi realizada uma audiência pública, com oitiva de especialistas e do próprio Ibama, em que ficou demonstrado que o objetivo da norma que criminalizava a conduta era proteger a saúde do pescador em razão dos riscos da descompressão. Entretanto, na prática, tratar a conduta como crime apenas trazia maior risco, além de não haver a proteção de nenhum outro bem jurídico. A questão se resolveu, eis que o Ministério Público Federal passou a não mais oferecer denúncia”.

Outra vertente dos centros de inteligência é trabalhar com a gestão eficiente de precedentes. A Portaria CJF



Juíza Katia Herminia Roncada (ao centro) durante a primeira reunião do Clisp

nº 369/2017 ressalta que a ausência de critérios objetivos para a identificação de qual é a posição dos tribunais com relação a determinado tema incita a litigiosidade processual.

Outro trecho da norma considera a necessidade de se investir “na organização dos precedentes para que magistrados, membros do Ministério Público, advogados e partes possam consultar, de forma objetiva e direta, quais são os precedentes vinculantes do respectivo tribunal de forma a manter uma ordem evolutiva de possível alteração jurisprudencial”.

A gestão eficiente de precedentes também permite a troca de informações entre as instâncias. Com isso, os Tribunais Superiores passam a ter uma visão mais ampla do que está impactando as Varas e Juizados Especiais Federais. “É importante salientar a adesão do Supremo Tribunal Federal a essa engrenagem, haja vista que o ministro Dias Toffoli anunciou a criação do Núcleo de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal”, pontua Katia Herminia.

Centro Local de Inteligência da JFSP

O Centro Local de Inteligência da Justiça Federal de São Paulo (Clisp)

foi instituído pela Diretoria do Foro, por meio da Portaria DFOR nº 33/2018. A primeira reunião foi realizada no dia 18/10, na sala plenária das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo.

Na ocasião, a desembargadora federal Therezinha Cazerta, presidente do TRF3, destacou a importância dos trabalhos a serem desenvolvidos. “Com a instalação do Centro, vamos dar um grande salto e mostrar para a sociedade que o Judiciário não é aquele poder antigo que ainda pensa no século passado. Tenho certeza de que o que vocês estão propondo vai fazer toda a diferença, não só na Justiça, mas também para a comunidade”.

Durante o evento, a juíza federal e diretora do Foro, Luciana Ortiz, afirmou que a gestão de processos é o único caminho para um Judiciário eficiente. “Esforçamo-nos muito para termos esse diálogo político-institucional. Acredito que, com o Centro de Inteligência, teremos uma gestão efetiva, com um julgamento mais célere dos nossos processos”.

Na primeira reunião do Clisp foram aprovadas três notas técnicas. A primeira trata da questão do benefício de prestação continuada para a mulher que se diz separada de fato e, posteriormen-

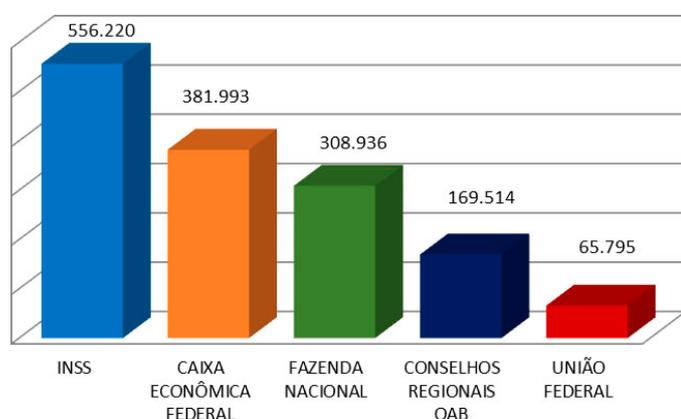
te, quando o marido falece, pleiteia pensão por morte. A segunda é relativa à assistência judiciária gratuita e, a terceira, sobre um laudo unificado para toda a Seção Judiciária.

Katia Herminia Roncada destaca que, “nesses poucos meses de operação, ficou muito claro que ouvir os atores que postulam perante a Justiça Federal pode ser de grande valia para evitar demandas, permitindo a atuação direta sobre a fonte propulsora das ações judiciais”.

Segundo a juíza, o Clisp também desenvolveu um estudo visando oferecer subsídios aos setores de desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em especial quanto às ferramentas de controles estatísticos e gerenciais.

“Há muito a ser feito, considerando os números existentes. O centro de inteligência é um local de diálogo tanto interinstitucional, como para os membros da Justiça Federal, de modo que todos são convidados a participar com sugestões de temas ou no desenvolvimento das atividades, em atuação conjunta com os atuais integrantes para a busca de medidas sugestivas”, finaliza Katia Herminia. ■

Maiores litigantes na Justiça Federal de São Paulo *



* Os dados da tabela referem-se a processos físicos e eletrônicos (PJe) das varas federais da SJSP, Juizado Especial Federal de São Paulo e Turmas Recursais em novembro de 2018.

Identificação de hipóteses de superação total ou parcial do precedente

A juíza Katia Herminia destaca o trabalho desenvolvido pelo Centro Nacional de Inteligência, através da Nota Técnica nº 005/2017, que se debruçou sobre a divergência de precedentes a respeito do Tema 692 do STJ. “Foi efetuado o cotejo entre o julgamento do Recurso Repetitivo nº 1.401.560/MT e o decidido pela Corte Especial do STJ no REsp 1.086.154/RS. No mês de novembro, a 1ª Seção do STJ admitiu, por unanimidade, questão de ordem que propõe a revisão do tema 692/STJ. Cumpre notar que o ministro presidente da Comissão Gestora de Precedentes faz expressa referência à Nota Técnica citada na decisão preambular sobre a admissibilidade do recurso como representativo de controvérsia (REsp nº 1.734.627-SP)”.

DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS AVANÇA NA SJSP

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3.a Região (TRF3), desembargadora federal Therezinha Cazerta, e a diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, Luciana Ortiz, deram início ao projeto “TRF3 100% PJe” que objetiva a inserção em massa, no Processo Judicial Eletrônico (PJe), de feitos que tramitam em meio físico. Nessa etapa, o acervo em papel a ser digitalizado abrangerá as ações cíveis e previdenciárias (excluídas as execuções fiscais e os feitos criminais) de 13 Subseções Judiciárias, incluindo os Fóruns Previdenciário (todas as ações) e Cível (limitado a 1.800 volumes por vara) da capital.

A expectativa é de que 21,1 milhões de páginas desses processos físicos sejam digitalizadas, que equivalem a 44.749 processos. Os números representam, para a Seção Judiciária de São Paulo, 51,13% do seu acervo previdenciário e 13,3% do acervo cível. Na escolha dos critérios para virtualização, consideraram-se as unidades judiciais nas quais havia avançado estágio de virtualização de ações em tramitação. Além disso, a escolha também visou suprir as limitações de espaço, falta de servidores e distância do local da digitalização, centralizada na sede do TRF3.

Além disso, a digitalização desses processos está associada ao “Projeto Rede PJe”, que visa modificar o design organizacional das varas. Conforme consta nas Resoluções PRES n.º 224 e 235/2018, ela leva em consideração “a perspectiva de se ter viabilizado projeto inovador no âmbito da 3ª Região, que se desenvolve em conjunto com as Diretorias dos Foros das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, consistente na criação de centrais de processamento”.



Será virtualizado o acervo de autos físicos em tramitação, correspondentes aos feitos cíveis e previdenciários, nas Subseções Judiciárias de Americana, Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Limeira, Marília, Mauá, Registro, Santos, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, São Paulo (limitado a 1.800 volumes por vara no Fórum Cível + Fórum Previdenciário) e São Vicente. Nessas Subseções, os prazos processuais foram suspensos para os processos envolvidos no projeto.

Essa etapa da digitalização teve o apoio institucional e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “É um grande projeto, que exige dedicação de todos para que dê certo, e passou a ser prioritário para a administração”, afirmou a juíza federal e diretora do Foro da SJSP, Luciana Ortiz. De acordo com o TED - Termo de Execução Descentralizada firmado entre as instituições, o CNJ forneceu recursos financeiros para contratação de empresa especializada em digitalização. O início dos trabalhos ocorreu no dia 1º de novembro e a previsão é de que sejam concluídos em meados de janeiro.

O projeto “TRF3 100% PJe” foi apresentado ao ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante visita do magistrado ao TRF3 no dia 9 de novembro. Na ocasião, a presidente do TRF3 destacou que a tramitação eletrônica dos processos permite uma melhor distribuição da força



de trabalho. “Com a supressão de atividades manuais relacionadas aos feitos em papel, será possível uma revisão das competências dos servidores, que poderão se dedicar mais ao assessoramento dos magistrados na análise dos processos e na elaboração de relatórios e decisões”.

Desde agosto de 2017, todos os processos cíveis – com exceção das execuções fiscais – que ingressam na Justiça Federal dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul já são iniciados no PJe, sistema de tramitação de processos judiciais elaborado pelo CNJ que permite a prática de todos os atos de forma eletrônica - da propositura da ação até seu arquivamento. Em outubro de 2018, o número de processos eletrônicos chegou a 500 mil. Contudo, permanece em meio físico um grande passivo de ações anteriores à implantação do PJe.

A Presidente do TRF3 ressaltou que o projeto é o início da realização de um sonho da Justiça Federal da 3.a Região: “Ainda que tenhamos caminhado bem na adoção do PJe, havia um passivo de processos físicos para o qual ainda buscávamos soluções, que não podiam ignorar o alto custo da digitalização e o contexto de sérias restrições orçamentárias pelo qual passamos”, explicou. “A resposta positiva do CNJ à nossa solicitação foi muito rápida e a equipe liderada pela Dra. Luciana Ortiz foi muito eficiente na definição de uma logística que permitisse a utilização dos recursos no prazo necessário”, completou. ■

QUE MANCHA É ESSA?

Algumas manchas localizadas na face podem ser melasmas, um transtorno dermatológico predominantemente estético, sem nenhum problema de saúde associado. Trata-se de uma hiperpigmentação da pele, decorrente do aumento de melanina, que resulta na formação de manchas castanho-escuras ou marrom-acinzentadas de diversos tamanhos, com limites bem demarcados e formato irregular. Normalmente aparecem na face, mas também podem surgir no colo, pescoço e antebraços.

Com incidência mais frequente em mulheres entre 20 e 50 anos, o melasma é uma condição crônica e recorrente que atinge mais pessoas de pele morena em tons mais escuros, como as africanas, as afrodescendentes, as de ascendência árabe, as asiáticas e as hispânicas que, por natureza, produzem mais melanina.

Apesar de não ter uma causa definida, estudos já confirmaram que a exposição à luz ultravioleta é um fator desencadeante, assim como a exposição ao Raio X, micro-ondas, radiação infravermelha e aos raios gama, que também produzem uma espécie de luz invisível, e podem ocasionar alterações na produção de melanina.

É necessário também dar atenção às chamadas “luzes visíveis” (tela do computador, do tablet, do celular e da TV, raios laser e lâmpadas fluorescentes) que, embora em menor grau, também podem ser um fator desencadeante em pessoas geneticamente predispostas.

Diagnóstico

O dermatologista é o profissional indicado para diagnosticar e promover o tratamento.

O diagnóstico baseia-se no le-

vantamento da história pessoal e familiar, leva em conta o uso de contraceptivos orais, a reposição hormonal, a ocorrência de gravidez, os hábitos de exposição ao sol, assim como a avaliação clínica das áreas escurecidas.

Antes de iniciar o tratamento, é importante diferenciar o melasma de algumas doenças inflamatórias que também provocam hiperpigmentação na pele, como a dermatite de contato, a acne, a eczema e a doença de Addison. Deve-se levar em conta que a hiperpigmentação pode ser induzida pelo uso de medicamentos, como alguns antibióticos, os antimaláricos e o cloridrato de amiodarona indicado para distúrbios cardíacos.

Tratamentos e Prevenção

O ponto de partida para que o tratamento tenha efeito é a proteção contra os raios solares. Portadores de melasma devem usar diariamente protetor solar de amplo espectro com FPS igual ou superior a 30 e índice de PPD equivalente a, pelo menos, um terço do valor do FPS (UVA+ ou UVA++).

O tratamento inclui o uso tópico de agentes que promovem o clareamento gradual das manchas causadas pela produção excessiva de melanina. As terapias disponíveis são o uso de medicamentos tópicos e procedimentos para o clareamento. Dentre os mais utilizados estão os peelings e aplicações de luzes ou lasers.

O tratamento do melasma prevê um conjunto de medidas para clarear, estabilizar e impedir que o pigmento volte. No entanto, prevenir continua sendo o melhor remédio. ■

RECOMENDAÇÕES

- A fotoproteção com filtros solares de amplo espectro deve ser complementada com o uso de chapéus de abas largas, de bonés com amplas viseiras, de óculos escuros e de guarda-sol, quando possível;
- A atenção deve ser dobrada entre dez da manhã e quatro da tarde, período em que é maior a emissão dos raios ultravioleta que agredem a pele;
- Protetor solar é para ser usado mesmo nos dias nublados. Raios ultravioleta conseguem romper a barreira imposta pelas nuvens e manchar a pele;
- Filtros solares podem ser de dois tipos diferentes: os químicos, que absorvem os raios UV, e os físicos, que refletem esses raios. A associação dos dois confere aos produtos fator de proteção mais alto contra a ação nociva do sol;
- A aplicação de protetor solar de amplo espectro com cor de base no rosto funciona como uma segunda barreira de proteção contra os danos causados também pela luz visível que se propaga nos ambientes fechados com ar-condicionado;
- Os tratamentos com agentes clareadores, peeling ou laser podem desencadear efeitos colaterais indesejáveis. Por isso, devem ser acompanhados de perto pelo médico dermatologista;
- O melasma pode regredir espontaneamente, bem devagar, depois do parto ou quando for abandonado o uso de contraceptivos orais.

FATORES DE RISCO

- Ser mulher em idade reprodutiva e possuir tom de pele mais escuro determinado por herança genética
- Exposição aos raios ultravioleta;
- Gravidez, período em que alterações hormonais estimulam a atividade dos melanócitos;
- Disfunção da tireoide;
- Uso de cosméticos irritantes ou de drogas para tratamento da hipertensão ou epilepsia;
- Ação de hormônios femininos presentes nos anticoncepcionais orais ou nos esquemas da terapia de reposição hormonal.



Fontes:

 www.sbd.org.br/

 drauziovarella.uol.com.br/

READEQUAÇÃO DE QUIOSQUES EM TERRENOS DA UNIÃO

Visitar o litoral e passar o dia curtindo a praia é um dos passeios favoritos do brasileiro nas férias ou finais de semana. Sempre que vão às praias, é comum as pessoas frequentarem quiosques para consumir alimentos e bebidas, sem precisar se afastar da areia e do mar.

Mas, qual o limite ético e legal para a utilização desse espaço, que é um patrimônio natural do país? A lei permite que os estabelecimentos construam edificações na areia da praia? É permitido plantar espécies exóticas nesses locais? Qual o impacto dessas atividades na economia regional e no meio ambiente? Esses questionamentos têm sido trazidos à tona em diversos processos que chegam à Justiça Federal e são agrupados para tramitarem em conjunto, visando atender aos interesses da União e da sociedade.

A legislação em vigor afirma que as praias são “bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar (...)”, e os terrenos de marinha são bens da União Federal. Muitos dos quiosques estão construídos total ou parcialmente nesses locais, alguns com edificações nas praias, o que é proibido por lei. Por outro lado, esses estabelecimentos são responsáveis pelo sustento de famílias que vivem nas regiões litorâneas há anos, fomentando a economia local, não sendo fácil a tarefa de decidir pela sua retirada.

Um dos casos mais notórios ocorreu na **Praia da Enseada, no Guarujá**. Em 2015, uma audiência de conciliação realizada no Fórum Federal de Santos/SP resultou na demolição dos quiosques que ocupavam a faixa de areia, com a consequente construção de novas unidades no calçadão, conforme estabelecido no Plano de Intervenção Urbanística (PIU) apresentado pela Prefeitura de Guarujá e aprova-



Quiosques são demolidos na Praia da Enseada por decisão judicial

do pela União. A ação judicial tramitou por quase cinco anos até que fosse possível chegar a esse acordo, considerado inédito em termos de regularização da ocupação de praias. A demolição dos quiosques teve início no ano de 2017 e foi concluída em 2018. Dos 93 estabelecimentos demolidos na areia, 54 tiveram permissão para serem reinstalados no calçadão.

Em outra decisão, de setembro de 2018, o juízo da 1ª Vara Federal de **Caraguatatuba** determinou que o município regularizasse os quiosques localizados na área de marinha da cidade. Entre as irregularidades apontadas no processo, estavam a construção em áreas de preservação permanente, a introdução de plantas exóticas que prejudicam o desenvolvimento da vegetação natural, a poluição,

a utilização inadequada de água de poço e o preparo de alimentos sem condições sanitárias satisfatórias. Na sentença, o magistrado frisou que os estabelecimentos que se enquadrassem como meio de sustento de famílias, deveriam realizar atualização cadastral e regularização junto ao município e ao corpo de bombeiros, demolir todas as estruturas que estivessem instaladas na faixa de areia, e, juntamente com o município, padronizar o layout dos quiosques.

Decisões como essas têm garantido o uso correto dos ambientes públicos, protegendo os recursos naturais e preservando o meio ambiente. Sejam ações populares ou ações civis públicas, diversos casos chegam à Justiça Federal visando regulamentar o uso de terrenos da União. ■

OUTRAS DECISÕES ENVOLVENDO TERRENOS DE MARINHA EM PRAIAS PAULISTAS

- Em 2008, a 4ª Vara Federal de Santos determinou a retirada dos guarda-sóis da faixa de areia do município do Guarujá. Os equipamentos só poderiam ser instalados após o pedido dos moradores e deveriam ser retirados assim que eles deixassem a praia.
- Em 2011, uma decisão da 4ª Vara Federal em Santos/SP determinou que o Ilha Porchat Clube procedesse à demolição das edificações localizadas “em terreno de marinha e acrescidos de marinha” e que apresentaram irregularidades na construção.
- Em 2018, a 1ª Vara Federal de Caraguatatuba determinou que o município de Ubatuba/SP elaborasse, no período de um ano, um “plano de intervenção da orla marítima” a fim de realizar readequações necessárias à regularização dos quiosques da cidade.
- Em 2018, a 1ª Vara Federal de Caraguatatuba determinou que um clube da cidade dê livre acesso ao público à praia localizada em frente ao imóvel, devendo, para tanto ser construída uma servidão de passagem sobre o empreendimento.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA



Almir Kubagawa, Inês Regina, Mário Kavamura, Luis Ricardo, Yara Noronha e João Batista

A Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura (UMIN), juntamente com os Núcleos a ela subordinados, possui atribuições que vão desde a realização de reformas, manutenção e acessibilidade dos prédios da JFSP, até a construção de novas sedes. Atualmente, a Subsecretaria conta com 66 servidores distribuídos em três núcleos: Núcleo de Infraestrutura (NUIN), Núcleo de Administração de Pessoal e Gestão de Serviços (NUAP) e o Núcleo de Apoio Administrativo (NUAD).

A UMIN realiza projetos e executa obras de engenharia e arquitetura, diretamente ou por meio da contratação de empresas terceirizadas. Também auxilia na elaboração da proposta orçamentária da Seção Judiciária de São Paulo (SJSP) e atende as necessidades das Subseções Judiciárias em consonância com as determinações dos ordenadores de despesas.

“Temos um leque amplo de demandas e uma quantidade enorme de serviço para a nossa equipe tocar, além de tratarmos do plano de obras da Justiça Federal e do orçamento. Nossa interação com as demais áreas da Administração Central é bastante intensa”, afirma Mario Seiji Kavamura, diretor da UMIN.

A Subsecretaria também integra o Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (Congip) que, entre outras coisas, delibera sobre o Orçamento-Programa Participativo da SJSP com base nas necessidades e problemas levantados pelos Fóruns do estado, por meio da verificação de custos e definição de prioridades.

“O Congip trouxe à tona as necessidades das Subseções que escapavam a um levantamento rotineiro da engenharia nos prédios. Com isso, passamos a ter um grande volume de demandas para serem atendidas, adequando-as ao plano de obras”, explica Mario Kavamura.

A escassez de recursos humanos, orçamentários e materiais estão entre os maiores desafios enfrentados pela Subsecretaria para atender a todas essas necessidades, ressalta o diretor. Para auxiliar no trabalho da UMIN, alguns sistemas informatizados têm sido criados pela equipe de gestão de dados da JFSP, composta por servidores da Administração Central.

Mario Kavamura fala sobre como esses sistemas serão importantes. “Às vezes, recebemos solicitações da Diretoria do Foro para apresentar valores

de quanto foi gasto, por exemplo, com aluguel, contas de água e IPTU, em determinado período. Hoje, esse levantamento precisa ser feito manualmente, conta a conta, extraindo as informações de planilhas de controle para gerar um relatório. Com o sistema funcionando, esse levantamento será automático e vamos conseguir extrair os dados de forma precisa e rápida, tendo uma visão ampla da situação de cada Subseção”.

Estão em andamento três ações que buscam modernizar os procedimentos na UMIN. A primeira delas consiste no SICAD, o Sistema de Chamados Administrativos para o atendimento de demandas nas áreas de manutenção, limpeza, suporte operacional e administrativo. Outra ação consiste na sistematização dos gastos com energia e água realizados pelas Subseções Judiciárias do estado, a fim de realizar o controle racional desses gastos. Por fim, há também uma medida, ainda em processo de iniciação, que consiste na sistematização da parte operacional do Plano de Obras da Seção Judiciária de São Paulo, com o objetivo de melhorar a visualização dos dados ali coligidos. ■

EVENTOS E CULTURA



O QUEBRA-NOZES (13 A 23/12)

A Cia de Dança Cisne Negro apresenta a 35ª temporada do tradicional espetáculo natalino que conta a fantasia de Clara, uma menina que recebe vários presentes na noite de Natal e, ao adormecer, entra em um mundo mágico onde seus brinquedos ganham vida. O espetáculo é renovado a cada ano, com mudanças na coreografia e na montagem cênica, mas sempre mantendo sua essência. Teatro Alfa, Rua Bento Branco de Andrade Filho, 722 – Santo Amaro. 



50 ANOS DE REALISMO – DO FOTORREALISMO À REALIDADE VIRTUAL (ATÉ 14/1)

A exposição conta com cerca de 100 obras de 30 artistas, entre brasileiros e estrangeiros, e mostra como a realidade foi representada através da pintura, escultura e da realidade virtual, desde as primeiras obras do estilo, até as mais recentes, que utilizam as novas tecnologias de realidade virtual. Entrada franca. Centro Cultural Banco do Brasil, Rua Álvares Penteado, 112 – Centro. 



CIRQUE DU SOLEIL (MARÇO E ABRIL)

Já estão à venda os ingressos para a temporada 2019 do Cirque du Soleil - OVO. O espetáculo retrata as mudanças em um ecossistema de insetos, quando um ovo misterioso aparece e dele surge um inseto desajeitado e estranho que fica encantado por uma bela joaninha. A produção é inspirada na cultura brasileira e tem na trilha musical bossa nova, samba, xaxado, funk, entre outros. O espetáculo passa em março por Belo Horizonte e Rio de Janeiro e, em abril estará em Brasília e São Paulo. 



MUSEU DA IMAGINAÇÃO

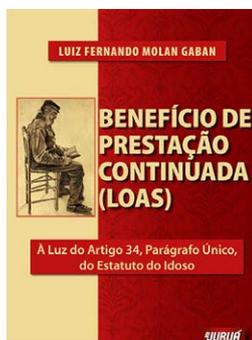
O Museu da Imaginação é um espaço cultural de lazer, lúdico e muito divertido, instalado no bairro da Lapa, em São Paulo, com uma proposta diferente que explora a imaginação através de exposições de arte interativas e estações de atividades lúdicas, onde as crianças podem tocar, usar, pular, correr e brincar livremente em uma área de 2 mil m² dividida em quatro ambientes. 



PARQUE FAZENDA BICHOMANIA

Sentir o cheiro do mato, correr no gramado, tirar leite da vaca, passear de charrete, comer um pão caseiro, brincar na tirolesa, praticar arborismo, dar um capim para um boizinho... É esse ritmo de descoberta, vivência, experiência e aprendizado que as crianças encontram no Parque Fazenda Bichomania. Uma experiência que desperta o interesse pelo contato com a natureza. 

LIVROS E FILMES



BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS) - À Luz do Artigo 34, Parágrafo Único, do Estatuto do Idoso
Assunto: Direito
Autor: Luiz Fernando Molan Gaban

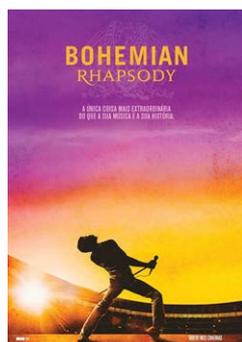
O autor é analista judiciário da Subseção de Araraquara, e trata em sua obra de um problema persistente na dogmática do direito fundamental ao Benefício de Prestação Continuada – BPC: o polêmico critério da renda per capita veiculado no artigo 20, § 3º, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Mediante uma abordagem pautada pelas lições de Virgílio Afonso da Silva e Robert Alexy que relaciona, na condição de dimensões do Direito enquanto ciência prática, teoria dos direitos fundamentais, normas vigentes e a prática dos tribunais, o autor trabalha a existência de uma omissão legislativa destituída de fundamentação constitucional na regulamentação do BPC, e propõe uma solução jurídica que toma o artigo 34, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, como base para a criação de um parâmetro legal complementar de veiculação do benefício.



EXECUÇÃO FISCAL: ANÁLISE CRÍTICA
Assunto: Direito
Autor: Renato Lopes Becho

A obra, do juiz federal da 10ª Vara Federal de Execuções Fiscais de São Paulo, discorre sobre a execução fiscal, utilizando linguagem simples e acessível a todos os operadores do Direito. Vai além dos textos legais, porquanto expõe as diversas considerações sobre o tema, tais como seu papel atual, efeitos por detrás de certas práticas e até mesmo as considerações sobre um projeto de lei que a retira da alçada do Poder Judiciário. Faz críticas incisivas a respeito da ausência do Ministério Público nesses feitos, das ineficiências de vários mecanismos legislativos e de certas orientações jurisprudenciais firmadas ao longo dos anos pelas Cortes do país. A análise é fruto da experiência de mais de duas décadas no exercício da magistratura federal em vara de execução fiscal, o que agrega a obra forte componente pragmático.

CINEMA

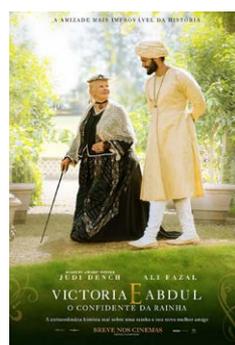
**BOHEMIAN RHAPSODY**

Data de lançamento
1 de novembro de 2018
Direção: Bryan Singer
Elenco: Rami Malek, Gwilym Lee, Lucy Boynton.
Gêneros: Biografia, Drama
Nacionalidade: EUA

Freddie Mercury (Rami Malek) e seus companheiros Brian May (Gwilym Lee), Roger Taylor (Ben Hardy) e John Deacon (Joseph Mazzello) mudam o mundo da música para sempre ao formar a banda Queen, durante a década de 1970. Porém, quando o estilo de vida extravagante de Mercury começa a sair do controle, a banda tem que enfrentar o desafio de conciliar a fama e o sucesso com suas vidas pessoais cada vez mais complicadas.

Fonte: Adoro Cinema

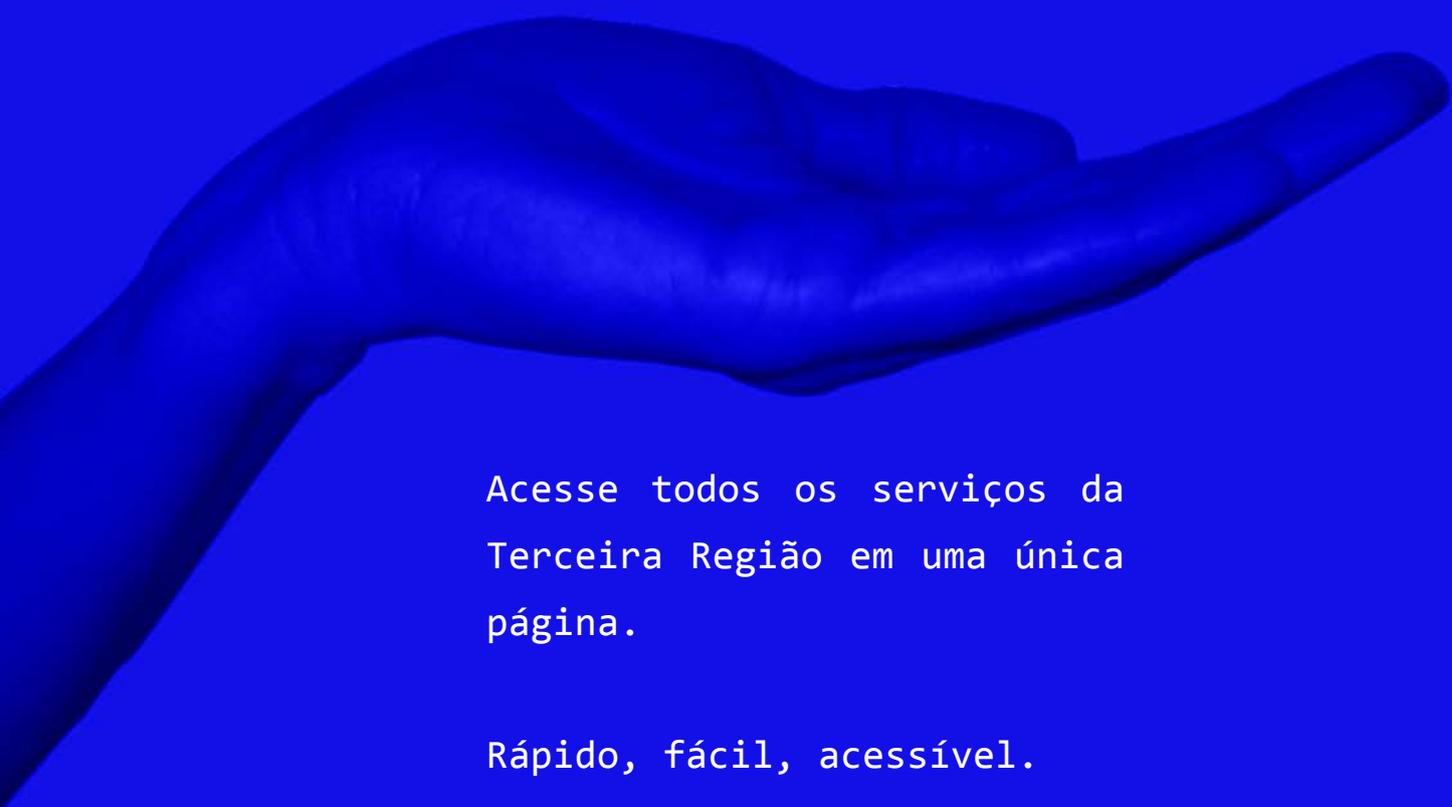
HOME VÍDEO



VICTORIA E ABDUL - O CONFIDENTE DA RAINHA
Data de lançamento: 25 de dezembro de 2014
Direção: Eric Lartigau
Elenco: GLouane Emera, Karin Viard, François Damians
Gêneros: Comédia
Nacionalidade: França/Bélgica

Dois jovens indianos são escolhidos para viajar até Londres de forma a presentear a rainha Victoria (Judi Dench) com uma valiosa moeda local. Ao chegar, tanto Abdul (Ali Fazal) quanto Mohammed (Adeel Akhtar) estranham bastante os costumes da realeza britânica, sempre a postos para mimar a rainha. Ao entregar a moeda, Abdul quebra o protocolo e encara a monarca. Tanta ousadia chama a atenção da rainha Victoria, que através de várias conversas não só passa a conhecê-lo melhor como também o transforma em seu conselheiro. Esta decisão não agrada nem um pouco a corte inglesa, que não entende como um humilde indiano pode ser detentor de tal honraria.

CARTA DE SERVIÇOS DA JUSTIÇA FEDERAL

A hand is shown in profile, holding a card. The hand and card are rendered in a dark blue color against a lighter blue background. The card is held horizontally, and the hand is positioned as if presenting it.

Acesse todos os serviços da
Terceira Região em uma única
página.

Rápido, fácil, acessível.

www.jfsp.jus.br/carta-servicos/